

Fazendo história: marxismo, teoria *queer* e contradição no futuro dos estudos estadunidenses*

KEVIN FLOYD**

O emaranhamento do capital com diversas sexualidades marginalizadas nunca foi tão abrangente, enraizado e complexo como é atualmente. Guy Trebay, escritor *do Village Voice*, já chamou a atenção, alguns anos atrás, para o homoerotismo palpável e a visibilidade sem precedentes das propagandas de roupas íntimas, especulando que “a Calvin Klein está tirando os Estados Unidos do armário” (Trebay, 1992, p.18). Independentemente do que possamos pensar sobre a sugestão hiperbólica de Trebay, no editorial “Marky’s Mark”, de que a mercadorização do homoerótico possa ter consequências positivas, poucos ousariam negar que a minoria sexual radicalizada da “libertação gay” tende a ter sua identidade quase que subsumida à dinâmica do mercado pós-fordista. Mesmo a AIDS, que teve papel importante na radicalização das comunidades lésbicas e gays nos últimos dez ou quinze anos, também gera dividendos à popular revista *Poz*. Conforme a desigualdade ente ricos e pobres cresce nos Estados Unidos e em todo o mundo e na medida em que o financiamento do combate à AIDS, a economia dos rela-

* Artigo originalmente publicado em *Cultural Critique*, n.4, *The Futures of American Studies* (Autumn 1998), p.167-201. Agradecemos ao autor e aos editores da revista pela autorização da tradução e publicação neste dossiê. Tradução de Olívia Cappi (ly.cappi@gmail.com) com revisão técnica de Laura Luedy e Bárbara Castro.

** Gostaria de agradecer a Robyn Wiegman, Robert Latham e o leitor anônimo da *Cultural Critique* por seus comentários às versões anteriores deste ensaio, assim como aos integrantes do público que comentaram a respeito da versão que li durante o Simpósio sobre os Futuros Dos Estudos Americanos, ocorrido na Dartmouth College em agosto de 1997. [Kevin Floyd é professor do Departament of English da Kent State University, EUA. E-mail: kfloyd@kent.edu.]

cionamentos homoafetivos¹ e outros problemas financeiros enfrentados por essa comunidade se tornam cada vez mais visíveis e delicados, os intelectuais, lésbicas e gays contemporâneos finalmente começaram a se posicionar perante essas questões. As misérias produzidas pelo capitalismo foram pelo menos registradas por Urvashi Vaid em *Virtual Equality* e por Tony Kushner nas páginas da *The Nation*, enquanto os livros altamente controversos de Bruce Bawer (1993) e Andrew Sullivan (1995) defendem a assimilação e o conservadorismo econômicos.

Enquanto isso, dentro dos estudos culturais, as relações entre os métodos de análise que se reivindicam marxistas e *queer* cultivam um ceticismo mútuo e polarizante. Esse fenômeno possui diversas causas, mais ou menos mediadas, que incluem a já desgastada tendência de diversas análises marxistas de reduzir as questões de gênero e sexualidade a meros sintomas de uma base econômica privilegiada; ou a mais recente influência do projeto foucaultiano (relativamente antimarxista) sobre o desenvolvimento inicial da teoria *queer*, difícil de ser superestimada. É possível identificar o legado vigente dessas condições em diversos trabalhos contemporâneos, desde críticas marxistas mais categóricas à teoria queer contemporânea (veja o trabalho de Morton, 1993, 1995, 1996; Hennessy, 1995, 1996) até os vários graus de ambivalência a respeito da tradição marxista nas recentes articulações teóricas da política *queer* (veja os diversos trabalhos de Berlant, Patton e Warner, que discutirei em maior profundidade mais adiante). Mas essa polarização teórica é também sintomática de uma polarização ideológica, muito mais antiga, entre as políticas anti-heterossexistas e as de classe nos Estados Unidos modernos. De fato, sugiro aqui que uma intervenção e uma negociação dessa incongruência acadêmica mais recente, se acontecem no contexto dos estudos americanos, demandam uma prática crítica que situe várias metodologias concorrentes e agendas teóricas em relação à história mais ampla do país.

Formulações desses impasses teóricos e políticos relacionados frequentemente os traduziram (de forma errônea, a meu ver) em termos de uma suplantação histórica da política moderna (incluindo a “socialista”) pela pós-moderna (incluindo a “*queer*”). Tal narrativa está pressuposta tanto nos trabalhos de teóricos *queer*, como Cindy Patton (1995, 1996/97) e Michael Warner (1993), como, por exemplo, na discussão recentemente proposta por Stanley Aronowitz (1996) sobre o grupo ACT-UP, na qual ele argumenta, cruamente, que “os estilos apropriados ao combate político modernista *não são aplicáveis* às questões relacionadas à sexualidade e a suas vicissitudes” (Aronowitz, 1996, p.132; ênfase no original). Pretendo defender neste artigo que a polarização entre as políticas anti-heterossexistas e de classe nos Estados Unidos tem sido muito mais persistente e historicamente incorporada neste século XX, e que ela é menos facilmente mapeável

1 No original, *same-sex*. Optamos por traduzir *same-sex*, *same-sex desire* e *same-sex marriage* para homoafetivo, desejo homoafetivo e casamento homoafetivo ao longo deste artigo. (N. T.)

em termos da oposição moderno *versus* pós-moderno do que sugerem essas narrativas de suplantação.

Nancy Fraser publicou recentemente um útil – ainda que altamente esquemático – relato crítico sobre o que chama de “condição pós-socialista”, relato que discute brevemente essa persistência a que faço referência e que desejo explorar brevemente como um meio para apresentar meus argumentos sobre o estado da questão. Fraser (1997) caracteriza a fragmentação da esquerda contemporânea em termos de uma grande distinção heurística e analítica entre uma política contemporânea de “redistribuição”, relacionada às injustiças enraizadas em estruturas materiais e socioeconômicas, e uma de “reconhecimento”, relacionada às várias formas de injustiças simbólicas e culturais enraizadas, nas palavras da própria autora, em “representação, interpretação e comunicação” (Fraser, 1997, p.14). Fraser argumenta, com algum sucesso, não só que o exemplo paradigmático da política de redistribuição é a política de classes ou o socialismo, mas também que o exemplo paradigmático da política de reconhecimento é a política lésbica e gay. As políticas de raça e gênero, por sua vez, são “bivalentes”, impossíveis de serem enquadradas exclusivamente em uma categoria. Se as injustiças culturais sofridas pela classe operária e pelos mais pobres são claramente originadas por causas econômicas, e a injustiça econômica enfrentada por gays e lésbicas tem suas raízes nas injustas hierarquias de valoração cultural, *people of color*² e mulheres, por sua vez,

[...] se diferenciam enquanto coletividades graças *tanto* à estrutura político-econômica, *quanto* à estrutura cultural e valorativa da sociedade [...] Coletividades bivalentes, em suma, podem sofrer tanto com a má distribuição socioeconômica quanto com a falta de reconhecimento cultural, de forma que nenhuma dessas injustiças é efeito indireto da outra, mas ambas são primárias e originais. (Fraser, 1997, p.19; *ênfase no original*)

O gênero, por exemplo, estrutura a divisão entre trabalho produtivo (valorizado) e reprodutivo (desvalorizado), assim como as hierarquias de valor *internas* ao âmbito do trabalho produtivo (o “teto de vidro”, por exemplo). Enquanto isso, diversas formas culturais e simbólicas de hierarquia de gênero persistem, desde a negação de certos direitos legais até a objetificação representacional do corpo feminino e o abuso sexual. A raça também estrutura o acesso aos mercados de trabalho e a divisão entre funções com maior e menor remuneração, além de assumir outras formas culturais e simbólicas, incluindo, mais uma vez, a negação de direitos legais, bem como o caráter disseminado e enrustado de estereótipos raciais na mídia tradicional.

2 Optamos por manter a expressão do texto original *people of color*, utilizada no contexto norte-americano em referência a diversos grupos racializados. (N. T.)

Fraser insiste em uma “distinção de primeira ordem” entre as reivindicações políticas de redistribuição e de reconhecimento, argumentando que elas “guardam uma tensão entre si” e podem até mesmo apresentar “objetivos mutuamente contraditórios” (Fraser, 1997, p.16). Portanto, sem entrar em detalhes, ela sugere uma relação similarmente polarizada, até mesmo contraditória, entre suas respectivas formas paradigmáticas (a política de classes e a política anti-heterossexista). De fato, apesar de esse excelente ensaio ser concluído com a teorização de maneiras de “refinar” (como diz ela) essas tensões fundamentais, a autora se concentra majoritariamente na necessidade de reconciliar essas categorias de redistribuição e reconhecimento no caso das políticas “bivalentes” de raça e gênero, dando relativamente pouca atenção à necessidade de reconciliar, ou mesmo articular, a política de classes e a política da sexualidade. Por fim, ao conjecturar sobre maneiras de “refinar” o dilema redistribuição-reconhecimento nos casos das políticas de raça e gênero, ela afirma, quase que como uma consideração a posteriori, que esses métodos *talvez* possam ser úteis também para eliminar a lacuna entre as políticas de classes e anti-heterossexista, mas não aprofunda a questão. Ao apontar os sujeitos das hierarquias de gênero e raça como “sujeitos paradigmáticos do dilema redistribuição-reconhecimento” (Fraser, 1997, p.28), sugere que as políticas de classe e sexualidade estão, por contraste, em polos opostos do espectro redistribuição-reconhecimento e, portanto, são duas das mais polarizadas e irreconciliáveis formas da política progressista contemporânea, relativamente difíceis – se não impossíveis – de serem articuladas.

Apesar de haver limites inerentes à forma altamente esquemática como a autora desenvolve seu argumento, como ela mesma admite,³ compartilho sua posição implícita sobre a polarização relativa das políticas anti-heterossexistas e de classe, assim como seu desejo por um projeto de esquerda mais harmonizado. Embora as várias formas de hierarquia social certamente impliquem umas nas outras e se compliquem de maneira que obscurecem significativamente o modelo de Fraser, sua ênfase sobre as diferenças irreduzíveis que as separam são um corretivo bem indo para críticas contemporâneas do faccionalismo de esquerda, que criaram o hábito de afirmar como um truísmo que diferentes formas de opressão se reforçam mutuamente. Em uma edição recente da *GLQ*, por exemplo, Cathy Cohen afirmou que “em muitos momentos [...] a política *queer* serviu para reforçar simples dicotomias entre o heterossexual e qualquer coisa considerada ‘queer’” (Cohen, 1997, p.438). Em resposta a essa visão limitada, ela destaca “a interdependência entre

3 Embora Fraser enfatize o caráter inteiramente “analítico” do seu esquema, ela deveria dar mais destaque ao fato de que a relação contraditória entre as políticas anti-heterossexistas e de classe é social e histórica (e, portanto, problemática e irregular), e não ontológica. De fato, Gluckman e Reed oferecem, além de diversos exemplos de sua incongruência, exemplos úteis de exceções à regra de articulações contextualmente específicas dessas duas formas de política (Gluckman; Reed, 1997, p.223-40). No entanto, espero mostrar que caracterizá-las em termos de contradição material histórica e social, além de ser uma generalização válida, é também política e teoricamente útil.

múltiplos sistemas de dominação” (Cohen, 1997, p.442) e defende uma “análise interseccional que reconheça como interagem os numerosos sistemas de opressão para regular e controlar as vidas de muitas pessoas” (Cohen, 1997, p.441). Por mais indispensáveis que sejam essas críticas da esquerda fragmentada, a suposição desistoricizada de Cohen sobre os “sistemas interligados de dominação” (Cohen, 1997, p.441) subestima as diferenças qualitativas e irredutíveis, destacadas por Fraser, entre distintas formas de hierarquia: a maneira como essas formas podem ser radicalmente incomensuráveis e, em alguns casos, em nada reforçadoras umas das outras, mas sim, ao contrário, podem ser estruturalmente e historicamente conflitantes. Postular simplesmente que diferentes formas de opressão são “interdependentes” é arriscar-se a situá-las em posições de equivalência, linha de raciocínio inadequada à política da esquerda contemporânea, que está investida na superação do seu próprio faccionalismo atual, especialmente quando algumas das facções em questão não estão simplesmente polarizadas, mas apresentam uma relação histórica fundamentalmente contraditória.

Neste artigo, caracterizarei, de fato, a relação entre as políticas anti-heterossexista e de classe nos Estados Unidos modernos como simultaneamente incomensurável e contraditória – ou seja, embora esses distintos imperativos políticos respondam, respectivamente, a formas de hierarquia social relativamente materiais e estruturais, por um lado, e relativamente culturais e simbólicas, por outro, essa fundamental diferença qualitativa está mergulhada em, e é sobredeterminada por, uma história ainda mais essencial, um horizonte mais abstrato de contradição socioeconômica especificamente moderna. O foco do meu trabalho residirá na consolidação histórica dessas condições e na necessidade de uma visão política e teórica de esquerda capaz de começar a rearticular essas duas formas de política. Dentro dos parâmetros dos estudos culturais americanos, por exemplo, o que antes era um saudável ceticismo *queer* em relação à tradição marxista parece, recentemente, cristalizar-se em algo automático, desdenhoso e fóbico. Numa conjuntura histórica tal como a que descrevi no primeiro parágrafo, acredito ser inquestionável o fato de que as instâncias de polarização registradas sejam mais problemáticas que valiosas.

Com base em pesquisas recentes sobre as histórias modernas do capitalismo e da sexualidade nos Estados Unidos, assim como nas teorias marxistas e *queer*, dou aqui os primeiros passos rumo à teorização de uma narrativa dialética que conecte as histórias do capitalismo e das políticas anti-heterossexista e de classes nos Estados Unidos modernos, mas que também evite reduzi-las a meras funções umas das outras. Obviamente, essa análise será realizada em um nível relativamente teórico e abstrato. Primeiramente, ao apropriar-me criticamente da categoria marxista ocidental de “reificação” teorizada na obra *História e consciência de classe*, de Lukács, proponho a hipótese de que certa *reificação do erótico* promovida pelo capital e específica a este século tem sido condição histórica fundamental para a possibilidade de uma política anti-heterossexista moderna. O lado menos

auspicioso desse desenvolvimento, tal como caracterizado por Lukács, é o nível sem precedentes de desqualificação do trabalho e de mercadorização social que debilitou e, por fim, sobrepujou a classe operária estadunidense mobilizada da virada do século. Sugiuro, de fato, que as enraizadas polarizações que mencionei não são o resultado histórico de desenvolvimentos relativamente recentes, como a fragmentação da nova esquerda e as fobias da classe operária pós-segunda guerra, mas, antes, do desenvolvimento material e ideológico das formas taylorista e fordista de acumulação de capital, que também foram o cadinho histórico da luta de classes. A mesma onda econômica de “destruição criativa” que possibilitou a existência da política anti-heterossexista marcou também a derrota de uma forma ideológica, historicamente específica, de política da classe operária e sua suplantação por outra. Mas, se as contradições do capitalismo sobredeterminaram a relação histórica entre as hierarquias de classe e de sexualidade nos Estados Unidos modernos, assim como as formas radicalmente incongruentes de política que surgiram dali, essas contradições não são, de modo algum, ontológicas ou essenciais, mas materiais, ideológicas e institucionais – *lugares* potencialmente exploráveis, ou seja, de onde podemos começar a imaginar uma rearticulação. A exploração dos modos como as hierarquias de raça e gênero se reforçam mutuamente e do modo como ambas são “bivalentes” em termos do dilema “distribuição-reconhecimento” é um tipo de exercício muito diferente daquele que proponho aqui. Uma harmonização contemporânea da esquerda, da perspectiva da história de sua polarização política que tentarei descrever, exige uma ênfase teórica, não na “interdependência” das opressões, mas na capacidade progressista e liberadora da contradição: uma abordagem mais capaz que a de Fraser, não só de acomodar, mas de abraçar e abrir espaço ao negativo.

Reificando o desejo

Antes de explorar as implicações da teoria de Lukács para formas modernas de subjetividade sexual, devo mapear rapidamente um confronto histórico entre códigos vitorianos de gênero e sexualidade e formas especificamente modernas de acumulação de capital. Embora uma larga gama de teorias sexuais e suposições sobre esse assunto, em diferentes níveis de desenvolvimento, tenham circulado e concorrido entre si ao longo do fim do século XIX e começo do século XX, é possível esquematizar esse complexo fluxo ideológico em termos do “crescente isolamento entre gênero e sexualidade”, como afirmou sucintamente o historiador George Chauncey (1994, p.100), levando em consideração a competição histórica e ideológica entre a lógica residual vitoriana de *gênero* e a lógica especificamente moderna, cada vez mais autônoma, da *sexualidade*, ou, mais precisamente, da *escolha de objeto sexual* (veja também D’Emilio e Freedman, 1988, especialmente p.223-29). A lógica vitoriana de gênero, da forma como a apresento, é essencialmente patriarcal e procriativa; indissociável da bem documentada crença da classe média vitoriana de que os homens são agentes ativos e públicos, enquanto as mulheres são “naturalmente”

mais adaptadas à existência doméstica e privada, representa machos como seres que desejam autonomamente e que são sexualmente ativos, e as mulheres, por sua vez, como passivas e dependentes. Essa lógica foi cada vez mais desafiada, ao longo do século XIX, com a migração de um grande número de trabalhadores americanos para as cidades e a entrada massiva das mulheres na vida pública, como mão de obra e como consumidoras.⁴ O deslocamento econômico das mulheres representado por seu ingresso na força de trabalho e nos mercados da cultura de consumo moderna passou a posicioná-las cada vez mais como sujeitos ativos e, portanto, acabou por solapar a ideologia vitoriana da passividade e dependência femininas. Mas a mesma transição econômica gerou, ao mesmo tempo, uma objetificação ideológica sem precedentes do sexo masculino,⁵ tanto na desqualificação massiva do seu trabalho como numa cultura emergente de mercadorização de seus corpos de macho e de suas atividades. Como apontam os historiadores contemporâneos da masculinidade nos Estados Unidos, os ideais masculinos do início do século XX tendiam a articular-se dentro dos parâmetros da cultura do consumidor (moda, romances e filmes, esporte e lazer comercializados), e não mais nos termos vitorianos de uma cultura masculina produtiva e artesanal (veja, por exemplo, Kimmel, 1996, p.117-221; Rotundo, 1993, p.282-83; White, 1993, p.16-35).

O tropo da “inversão” de gênero, que denotava contradições inegáveis e crescentes em sua ideologia sexual nos termos residuais da lógica vitoriana, emergiu relativamente cedo nesse processo. Ele tomou a forma, por exemplo, da presunção muito difundida de que homens que amam outros homens são, em algum sentido fundamental (biológico ou espiritual, por exemplo), objetos sexuais afeminados, enquanto, por sua vez, não apenas as mulheres que amam outras mulheres, mas também aquelas que se colocam como sujeitos sexuais ativos, são, em algum sentido fundamental, masculinas – uma suposição que se manifestou tanto no discurso clínico como nas práticas eróticas subculturais. Sem limitar-se aos “invertidos sexuais” explicitamente definidos, portanto, esse tropo forneceu também os termos gerais que, por exemplo, determinariam a compreensão da sexualmente ambígua “Nova Mulher”. A difundida desarticulação ideológica entre sexualidade e as categorias de gênero emergiria apenas tempos depois.⁶

4 A literatura a respeito das “esferas separadas” é, obviamente, enorme. Sobre sua relação geral com o que denomino lógica vitoriana de gênero, veja, por exemplo, D’ Emilio e Freedman (1988, p.55-84, 173-88); e Smith-Rosenberg (1985a, p.182-88). Para um excelente artigo sobre o deslocamento parcial da lógica de gênero por uma lógica da escolha do objeto sexual em relação à erosão da segregação espacial de gênero na virada do século, veja Smith-Rosenberg (1985b).

5 No original, *male*. (N. T.)

6 Para registros sobre as primeiras conceptualizações do erotismo homoafetivo em termos de “inversão”, veja Katz (1976, p.209-79, especialmente p.258-79, 371-74, 383-85). Para explorar o papel deste tropo nos debates sobre a Nova Mulher, veja Smith-Rosenberg (1985a). Para explorar a mudança gradual das percepções de “inversão” para a concepção da “homossexualidade” na definição do “desvio sexual feminino” na literatura médica do século XIX e início do século XX, veja Chauncey (1982-1983); e para o desenvolvimento paralelo no “mundo homossexual masculino”, veja Chauncey (1995, p.47-97).

Enfatizo o papel do capital nessa crise de definição de gênero para sugerir que a hegemônica compreensão da classe média sobre as diferenças entre os sexos se colocava em conflito cada vez mais direto com a trajetória de desenvolvimento do capitalismo, cada vez mais corroído por uma estrutura dramaticamente dinâmica. Para os meus objetivos, o momento mais importante dessa trajetória de desenvolvimento é a articulação estrutural inicial das tecnologias de produção e a cultura de consumo modernas: a conjuntura material de uma racionalização de produção engendrada (mais comumente identificada com o taylorismo) e o engendramento simultâneo da indução social ao desejo – uma conjuntura que, após a Segunda Guerra Mundial, tomaria por fim aquela forma organizada e centralizada conhecida como fordismo. A ascensão gradual de técnicas de gerenciamento científico no final do século XIX e início do século XX levou a aumentos tão significativos de produtividade que, como resultado, a necessidade de criar demanda para evitar a superprodução passou a ser um problema perene. Nesse contexto, “o que tornava Ford especial (e que acaba por diferenciar fordismo e taylorismo)”, segundo David Harvey, “era sua visão, seu reconhecimento explícito de que a produção em massa significava consumo em massa” (Harvey, 1989, p.125-26). Apesar de o fordismo não ter se tornado altamente hegemônico nos Estados Unidos até muitas décadas depois, fabricantes, economistas e comerciantes já reconheciam, desde o final do século XIX, a importância do problema da indução de demanda social suficiente em uma era de grande produtividade; problema que poderia ser resolvido com uma abordagem de marketing mais consistente (Leach, 1993, p.35-38). A cultura de consumo da virada do século, portanto, consistia em uma tentativa desorganizada e aleatória de adiar aquela crise de superprodução que finalmente aconteceu na década de 1930 (Lipietz, 1987, p.34-35).

Esse confronto entre as residuais manifestações vitorianas de hierarquia de gênero e relações econômicas altamente dinâmicas que estou caracterizando acabou por produzir uma autonomização ideológica sem precedentes do sexual. A conjuntura de produção e indução de desejo projetadas, ao aumentar massivamente a organização e a escala de produção e de consumo igualmente e ao direcionar ambos os gêneros para essas duas esferas, começou a promover a erosão da associação vitoriana exclusiva da energia sexual com o macho patriarcal e a inércia sexual com a fêmea vitoriana e, nesse movimento, desvinculou a definição de gênero da distinção em termos da atividade e passividade sexuais. Essas desarticulações deram origem a uma configuração do desejo como uma variável distinta dos termos relativamente rígidos do gênero vitoriano, impulsionando uma clivagem ideológica entre a subjetividade patriarcal e a subjetividade desejanter, objetificando e eliminando as determinações de gênero da energia erótica ativa que, no século anterior, era reservada exclusivamente aos homens.

A definição de Lukács da reificação em termos de uma radical reestruturação econômica da subjetividade e da objetividade pode começar por sugerir a utilidade dessa categoria do marxismo ocidental para teorizar a colisão entre o

desenvolvimento econômico e a ideologia sexual. “A reificação e a consciência do proletariado”, o principal ensaio de *História e consciência de classe*, argumenta que o capitalismo moderno é responsável por uma objetificação cada vez maior das propriedades e relações humanas, representando essas propriedades como independentes dos seres humanos (Lukács, 1994, p.83-110). Lukács articula esse termo hegeliano com o conceito marxista de fetichismo da mercadoria para mostrar uma sobredeterminação das formas de experiência social pela forma da mercadoria, o que, em seu ponto de vista, atinge seu ápice de abrangência e penetração no capitalismo moderno, particularmente com a mais importante “degradação tecnológica do trabalho” da história: o taylorismo. Nesse momento, conforme começa a se desenvolver uma articulação estrutural em larga escala abstrata entre o âmbito da produção e o âmbito do consumo, para Lukács, simultaneamente, vem se tornando “total” uma *desarticulação* dos dois âmbitos no nível da cognição e da ideologia e a reificação vem assumindo o papel de forma de sociedade dominante (Lukács, 1994, p.85-6). Tratados de sociologia estadunidense contemporânea, que diferem tanto de *História e consciência de classe* quanto o influente estudo de Lynd, *Middletown*, a meu ver corroboram, em última instância, a lógica geral do argumento de Lukács quando sugerem que, na medida em que o trabalho era gradualmente desqualificado e os trabalhadores, eles próprios se tornavam mais explicitamente mercadorizados sob a produção racionalizada e passaram a depender cada vez mais de uma cultura de consumo *compensatória* em seu tempo livre. Ou, como destacou Richard Godden: “posto grosseiramente, o capital do pós-guerra ofereceu à sua força de trabalho o taylorismo completo com uma cesta de consumo mais próspera e a oferta foi aceita” (Godden, 1990, p.41). Essa oferta sistêmica de lazer mercadorizado como compensação para um ambiente de trabalho desqualificado e racionalizado, essa desvinculação ideológica das experiências de produção e consumo – o cerne do fetichismo da mercadoria moderno – é o que impulsiona a reificação da vida social sobre a qual Lukács se debruça.

Ele prossegue sugerindo que a hegemonia moderna dos discursos jurídicos e científicos racionalizados (como aqueles que começavam a propor categorias de subjetividade sexual) também seria baseada na crescente reificação das relações econômicas. Para ele, como disse recentemente Étienne Balibar,

[...] a objetividade baseada no mercado – a das categorias econômicas e das operações que dele surgem – é o *modelo de toda objetividade*, particularmente da objetividade “científica” no mundo burguês, o que nos permitiria compreender por que a ciência quantitativa da natureza (mecânica, física) se desenvolve na era moderna enquanto as relações de mercadoria se tornam generalizadas. (Balibar, 1995, p.70, *ênfase no original*)

Portanto, o uso que Lukács faz do conceito de reificação permite repensar a familiar narrativa foucaultiana da sexualidade da virada do século, que enfatiza a

mudança de um modelo religioso para um modelo científico no qual desejo, atração e orientação ganham independência discursiva, se tornam objetos de estudo apropriados e ideologicamente distintos da definição dicotomizada de gênero. Fundamentar esse “discurso” sexual emergente – categoria fetichizada por Foucault – em relações socioeconômicas específicas abre, no mínimo, o prospecto de teorizar a emergência da subjetividade sexual moderna em relação aos desenvolvimentos socioeconômicos mais gerais.

No entanto, esse prospecto só se mantém promissor se reconhecemos as limitações (muito bem documentadas) do modelo de Lukács, da forma como nos apropriamos dele; de fato, somente se estamos abertos às críticas ao modelo que são possíveis precisamente graças a essa apropriação. O que identifico como uma instância da reificação não é uma mera função ou um resultado inevitável do desenvolvimento objetivo do capitalismo em si. Também não pretendo propor uma simples homologia estrutural entre a reificação da forma mercadoria e a reificação do erótico. Minha intenção é, em lugar disso, sugerir que a reificação do erótico é resultado do confronto, ao mesmo tempo fortuito e corrosivo, entre uma manifestação historicamente específica da hierarquia de gênero e uma tentativa igualmente específica de controlar a contradição econômica. Também não tenho a intenção de recuperar o hegelianismo de Lukács e postular uma mera mistificação de alguma forma hegeliana extradiscursiva e pura de desejo, mas sim teorizar uma mudança histórica de um regime de hierarquia sexual e de gênero para um outro qualitativamente distinto, cuja diferença essencial entre eles sendo, como sugeri, a dissociação das categorias modernas de sexualidade e gênero. Embora essa reificação moderna do erótico seja indissociável do recrudescimento do capitalismo no início do século, esse recrudescimento foi tanto ideológico quanto material. O que Lukács postula, teleológica e economicamente, como resultado do desenvolvimento objetivo do capitalismo é, na verdade, o resultado de diversos tipos de intervenções “subjetivas” e de respostas “subjetivas” à persistente realidade de contradição econômica do capitalismo – cujas intervenções incluíram imperativos de racionalização e incentivos ao consumo, que se tornaram abrangentes e intensos na época, mas que não estavam mais destinados ao sucesso do que os imperativos revolucionários com os quais competiam. De fato, durante, pelo menos, meio século, o sucesso dessas tentativas de adiar a crise foi, na melhor das hipóteses, parcial e aleatório. Como Lipietz já mostrou, a produção continuava a superar o consumo décadas depois do surgimento da cultura de consumo, no final do século XIX. A Segunda Guerra Mundial e a Depressão da década de 1930 precisaram acontecer para vermos nascer o fordismo e seu modelo de gerenciamento centralizado e burocrático, necessário para alinhar de maneira suficiente a produção e o consumo para, finalmente, atingir-se uma estabilidade econômica de longo prazo (Lipietz, 1987, p.34-5).

Portanto, o que identifico como uma reificação do erótico específica, capitalista, impulsionada pela classe tomou duas formas distintas, opostas – formas

que sobredeterminaram a trajetória dialética das políticas anti-heterossexistas nos Estados Unidos deste século. O comentário de Balibar sobre o que ele chama de “paradoxo” no argumento de Lukács é, nesse respeito, instrutivo. Ele afirma que, para Lukács, a extensão moderna da racionalização econômica para outras esferas sociais – para o discurso científico, por exemplo – “é baseada na separação dos lados objetivo e subjetivo da experiência (o que possibilita *subtrair* o fator subjetivo [...] do mundo dos objetos atuais e suas leis matemáticas)”. Mas, nos discursos racionais modernos, esse fenômeno de subtração do subjetivo a partir do objetivo

[...] é meramente um prelúdio à incorporação de toda subjetividade à objetividade (ou a sua *redução* ao *status* de objeto, como revelado pela noção das “ciências humanas” ou pelas técnicas de gerenciamento do “fator humano” que foram sendo gradualmente estendidas a toda a sociedade). (Balibar, 1995, p.70, ênfase no original)

Agora, Balibar inclui “desejo” entre os fatores “subjetivos” subtraídos dos objetos naturais colocados à disposição do escrutínio científico moderno. Porém, como tende a mostrar o estudo histórico da sexualidade desde Foucault, o desejo em si é necessariamente afetado por esse “gerenciamento do ‘fator humano’”; ele também se torna um dos fenômenos naturais objetificados pelo discurso científico moderno. Mas, como fez Balibar, pretendo *mesmo* sugerir que essa reificação do erótico é também um mero “prelúdio” à *subjetivação* do desejo na modernidade. Em outras palavras, Balibar apresenta uma forma útil de distinguir entre o que eu identifico aqui como duas trajetórias históricas e políticas do desejo ao mesmo tempo opostas e mutuamente constitutivas, que surgem como resultado da reificação: por um lado, a reificação do desejo como tal, o surgimento histórico da “sexualidade” como um objeto teórico e ideologicamente autônomo, e, por outro lado, a incorporação daquele desejo reificado às distintas categorias modernas de subjetividade sexual e o próprio binário heterossexual-homossexual.

Embora devamos guardar certo ceticismo em relação ao caráter temporal e simplista da representação de Balibar do “paradoxo” lukácsiano – a forma como ele esquematiza o argumento de Lukács em termos da objetificação *inicial* do “mundo natural” e a *subsequente* incorporação da subjetividade a esse mesmo objeto –, proponho que analisemos essas categorias de maioridade e minoridade subjetivas como tentativas racionais de conter e “gerenciar”, num sentido taylorista, a ameaça direta posta pela reificação do sexual à lógica vitoriana de gênero residual. As categorias modernas de subjetividade sexual eram de fato exemplos de imperativos de padronização mais generalizados; negociações de, e sanções para uma ordem gerencial, desqualificada e “degradada”. Como disse Jonathan Ned Katz, sua emergência “ocorreu concomitantemente aos movimentos do início do século XX que buscavam padronizar a largura de trilhos das ferrovias, fusos horários, procedimentos comerciais e de manufatura [...] assim como testar e regulamentar a inteligência” (Katz, 1995, p.90). O binário homo-hetero se torna,

sob essa perspectiva, uma instância do “gerenciamento científico” das ansiedades causadas pelas mudanças nas normas de gênero, exemplos do que Cecelia Tichi chamou de os mais gerais “valores utilitários que circulam pela cultura americana” durante esse período e que foram uma resposta à contradição social largamente conservadora, abrangente e penetrante, “valores” centralmente influenciados pelo (se não reduzidos ao) taylorismo (Tichi, 1987, p.91; veja também Banta).

Situar a objetificação e a subjetivação sexual modernas em relação a essa história mais abrangente de reestruturação social, de maneira geral, e de lutas econômicas, de maneira particular, é historicizar de forma totalmente distinta os termos nos quais Eve Sedgwick articula essa mesma oposição em seu *Epistemology of the Closet*, apresentando-as com uma incoerência estrutural peculiarmente moderna entre definições de homossexualidade que formam minorias e definições de homossexualidade universalistas. No modelo de Sedgwick, o primeiro tipo de visão delimita o homoerótico a uma população minoritária definida ou identificada como homossexual, a visão universalista pressupõe um homoerotismo irreduzível a categorias subjetivas. Meu argumento historiciza essa “incoerência”, por um lado, em termos da reificação universalizante do erótico e, por outro, de um resgate racionalizado, formador de minorias, dessa ameaça direta às hierarquias sexuais e de gênero na forma de subjetividades sexuais hierarquizadas. Com isso, não quero dizer que o resgate subjetivo de um erótico reificado seja um processo finalizado, nem tampouco livre de problemas. Tão certamente quanto a incoerência universalizante/formadora de minorias identificada por Sedgwick, persiste essa dinâmica que produziu uma competição ideológica igualmente persistente entre formas, ao mesmo tempo, conflitantes e mutualmente constitutivas de política anti-heterossexista. Essa competição tendeu a tomar a forma de oposição entre a ênfase sobre a identidade homossexual, tipicamente articulada em termos de categorias de cidadania e reivindicação de direitos, e uma ênfase alternativa sobre um homoerótico mais difícil de ser contido, tipicamente representado como irreduzível e mesmo conflitante com a identidade, e em termos de uma negação mais radical do Estado e da ordem constitucional ela mesma. Um exemplo disso é a oposição pós Segunda Guerra entre a lógica minoritária e assimilacionista dos direitos civis das chamadas organizações “homófilas”, como a Mattachine Society e a Daughters of Bilitis, e um argumento mais radical e universalizante (preconizado por indivíduos de grande diversidade política, como Paul Goodman, Allen Ginsberg e Herbert Marcuse) em defesa do caráter inerentemente subversivo da homossexualidade, enquanto afronta direta não somente à heterossexualidade, mas a uma cultura profundamente normalizada e pacificadora, no geral, e às condições propostas pela Guerra Fria, em particular. Ao politizar categorias psicanalíticas, essas figuras enfatizaram, como objetivo político fundamental, o caráter não repressor de uma sexualidade polimorfa – com o qual a homossexualidade teria uma relação metonímica privilegiada. Nesse aspecto, o caráter relativamente militante do movimento de libertação gay do início da década de 1970 foi influenciado

negativamente pelo conservadorismo das organizações homófilas e positivamente pelos ditos “gurus” da nova esquerda, como sugeriram Dennis Altman e John D’Emilio (Altman, 1971, p.70-107, 114-128; D’Emilio, 1983, p.149-95).

O campo da política anti-heterossexista contemporânea recapitula essa disputa pré-Stonewall de formas fundamentais. Uma ênfase formadora de minorias e assimilacionista sobre conquistar direitos civis básicos – o direito ao casamento gay, por exemplo – compete com a adoção universalizante do termo “*queer*”, com a rejeição dos termos minoritários “lésbica” e “gay” e com o alinhamento a uma oposição mais radical ao heterossexismo em todas as suas formas, assim como, mais genericamente, aos “regimes do normal” (Warner, 1993, p.xxvi). Mas os teóricos e ativistas *queer* contemporâneos são, logicamente, muito menos inflamadamente otimistas do que os “gurus” da nova esquerda e o movimento de libertação gay da década de 1970 em relação ao poder explanatório do vocabulário psicanalítico. A política *queer* é mais desconstrutivista e enfatiza o caráter sempre já fictício da dicotomia hetero *versus* homo, revelando o caráter *queer* de espaços públicos ostensivamente heterossexuais, em particular, dos quais o shopping center é um exemplo central. De fato, a política *queer* tende a ocupar espaços concretos e incorporá-los em detrimento das categorias abstratas de cidadania (para explorar ênfases espaciais, veja Berlant e Freeman, 1993; Patton, 1996/97). Mas as ênfases universalizantes pré-Stonewall (sobre uma sexualidade polimorfa) e pós-Stonewall (sobre o “espaço *queer*”) compartilham entre si a rejeição fundamental ao terreno da política de Estado, do vocabulário do Estado de política constitucional. De fato, ambas são sobredeterminadas negativamente por esse vocabulário. Patton admite, por exemplo, que a rejeição da segmentação liberal e abstrata do espaço é motivação central para a ênfase *queer* sobre o espaço concreto e incorporado (Patton, 1996/97, p.7-11), enquanto a crítica de Lauren Berlant a isso – à “cultura capitalista pseudorrevolucionária da troca de identidades”, como ela diz (Berlant, 1995, p.301) – tende a caracterizá-lo em termos de uma nacionalidade americana irremediavelmente reificada (veja também Berlant, 1991).

Apesar de enfatizar corretamente o caráter a-histórico e mistificado das categorias liberais políticas e subjetivas, essas críticas *queer* tendem a assimilar identidade sexual e cidadania sem a devida problematização, além de incorporar outras formas de desistoricização e abstração. Patton, por exemplo, apresenta descrições importantes de como o discurso contemporâneo da direita vem contestando, com sucesso, as reivindicações à cidadania de gays e lésbicas. Ao usar as reivindicações por direitos em benefício próprio (por exemplo, em resposta à dita “discriminação reversa”), a direita contemporânea retrata a si mesma como uma minoria atacada por todos os lados por uma cultura imoral, homossexualizada, antibranca e misândrica. Ela argumenta que, hoje, o discurso dos direitos liberais é problemático (ou mesmo inexistente) precisamente devido à sua apropriação pela nova direita. Ao descrever esse desenvolvimento como uma “implosão dos direitos civis” (Patton, 1995, p.239), ela argumenta que “o fato de a nova direita ‘branca’

se utilizar das demandas por direitos civis acabou por minar parcialmente as leis relacionadas a eles, circunscrevendo a atuação do ativismo gay e lésbico a uma máquina que já não funciona mais” (Patton, 1996/97, p.21). A utilização de categorias de direitos pela direita é parte de um liberalismo a-histórico que pressupõe a existência de um valor protetor e positivo nas reivindicações por direitos, como fazem conservadores gays como Bruce Bawer e Andrew Sullivan. Entretanto, os teóricos *queer* favoráveis ao argumento de que a “máquina” constitucional “já não funciona mais” para propósitos mais progressistas obscurecem as contradições inerentes dessa máquina e deixam muito espaço para a argumentação da direita. Essas *negações* teóricas da ordem social, em geral, e do Estado, em particular, por parte do movimento *queer*; essas rejeições às categorias subjetivas e de cidadania lésbicas e gays, enxergam repetidamente essas categorias como restrições ilusórias e disciplinares disfarçadas de valorações compensatórias e/ou proteções e, portanto, reinscrevem a mistificação dessas categorias como categorias que são positivas de uma maneira que não é problemática. As categorias burguesas subjetivas e de cidadania certamente têm a capacidade de operar ideologicamente como desistoricizações positivas do Estado liberal, mas essa função não é, de maneira alguma, um dado pré-determinado, como pressupõe Patton. Ao desistoricizar essas categorias, de forma a enfatizar as contradições estruturais que lhes servem de base, começamos a notar uma certa capacidade de negação.

As categorias de subjetividade homo e heterossexuais, anteriores a qualquer articulação com o vocabulário da cidadania, já apresentam um *status* fundamentalmente contraditório: seu desenvolvimento serviu para fazer recrudescer uma forma de ideologia sexual patriarcal e, ao mesmo tempo, viabilizar a existência de uma forma de política anti-heterossexista. A evolução gradual e irregular da oposição homo-hetero acarretou a substituição, fortemente influenciada pela classe e pelo gênero, de noções de inversão por noções de homossexualidade, assim como o desenvolvimento (logo posterior) da noção de heterossexualidade. A crescente hegemonia da oposição homo-hetero acabou por deslocar a lógica vitoriana de gênero e reforçar fobicamente a posição da homossexualidade como minoria. George Chauncey, por exemplo, destacou o fato de uma enfática (e defensiva) articulação da identidade heterossexual masculina ter emergido somente após as noções de homossexualidade atingirem um grau significativo de aceitação ideológica. Chauncey argumenta que, ao mesmo tempo que os homens que se identificavam como “homossexuais” tentavam se diferenciar daqueles cujas identidades dependiam da lógica de inversão, os homens que se identificavam como “normais” dentro dos padrões vitorianos de masculinidade passaram a fazê-lo em relação à nova categoria da escolha heterossexual do objeto, definindo-se sexualmente “com base na renúncia de quaisquer sentimentos ou comportamentos passíveis de serem identificados como homossexuais” e em termos de “seu interesse sexual exclusivo em mulheres” (Chauncey, 1994, p.100). Simultaneamente, embora a noção de heterossexualidade feminina se tenha distanciado, tanto da lógica de inversão

que tendia a sobredeterminar as representações antigas da Nova Mulher, quanto do desenvolvimento subsequente de uma noção de homossexualidade feminina, o confronto entre as heterossexualidades masculina e feminina acabou por redefinir a hierarquia de gênero de uma maneira essencialmente moderna (Smith-Rosenberg, 1985). Segundo Judith Butler, as definições modernas de masculinidade e feminilidade são indissociáveis dos regimes modernos da heteronormatividade (Butler, 1993, p.231-2). O que distingue a oposição vitoriana procriativa entre o desejo patriarcal e a feminilidade maternal da crença moderna nas identidades hetero e homossexuais é que essas categorias modernas interpelam tanto homens quanto mulheres como, novamente, *tanto* sujeitos, *quanto* objetos de desejo. Ao reificar a distinção como tal entre atividade sexual e passividade sexual, essas categorias modernas desconstroem e, ao mesmo tempo, reinscrevem a oposição residual entre a feminilidade e o desejo ativo e a masculinidade e a objetificação sexual, “gerenciando-as” de maneira ideológica. A emergência da noção de heterossexualidade não só substitui o privilégio patriarcal pelo heterossexual, mas também reinscreve a hegemonia masculina. Nesse aspecto, a evolução da oposição homo-hetero deve ser entendida como um desenvolvimento ideológico, ao mesmo tempo, progressista e reacionário, tanto como uma redefinição das hierarquias sexuais e de gênero em seus aspectos racional e científico, e não mais religioso, quanto como condição de possibilidade para uma nova forma de agência “homossexual”, radical e politicamente progressista. Portanto, essas categorias são mais que uma sujeição disciplinar do sexual que instiga contra si tanto ceticismo da parte da teoria *queer* contemporânea: são também condições de possibilidade de uma negação mais radical da ordem sexual. A rejeição *queer* das categorias jurídicas subjetivas, uma rejeição da utilização política positiva dessas categorias, elimina sua simultânea e opositora capacidade de negação.

Se essas categorias apresentam potencial para repercussões, tanto progressistas, quanto conservadoras, e se, além disso, a apropriação crítica de Lukács que faço aqui parece persuasiva, precisamos não somente criticar seu hegelianismo, mas também discordar do uso exclusivamente negativo do termo “reificação” em Lukács e no marxismo ocidental como um todo. Ou, para ser mais preciso, precisamos empregar o termo para enfatizar outro tipo de negatividade: aquela que é incansavelmente dialética, e não judicativa, que destaca não só o caráter enganoso e mistificador da reificação, mas também sua capacidade de viabilizar a existência de certas formas de libertação. Devemos, particularmente, rejeitar o pressuposto economicista lukácsiano de que as categorias reificadas manifestam apenas certa organização das relações econômicas, e não são efetivas como categorias socioculturais elas mesmas.

Retomarei a questão do caráter dialético das categorias subjetivas e constitucionais mais adiante; por ora, gostaria de voltar a discutir o conceito de classe, articulando teoricamente sua forma moderna com as hierarquias sociais e com as respostas políticas que elas produzem. Inicialmente, devemos questionar a utiliza-

ção do conceito nos termos do marxismo ocidental, como propus anteriormente. Acredito que a história do século XX justifica nossa crítica ao hegelianismo de Lukács e ao seu uso monovalente da categoria de reificação. Os trabalhadores estadunidenses foram sendo crescentemente cooptados por um capitalismo fordista cada vez mais centralizado, que persistiu ao longo da Guerra Fria. Tal forma de organização social seria tão reificada que as denúncias feitas pelo marxismo ocidental se mostrariam mais pessimistas do que as de Lukács – a crítica de Horkheimer e Adorno à “indústria cultural” e *A ideologia da sociedade industrial*, de Marcuse, vêm imediatamente à mente. No entanto, durante o mesmo período, os homossexuais seriam demonizados em um nível tão alto e sem precedentes por trabalhadores brancos bem-sucedidos e por todos os outros setores da sociedade – considerados fracos e particularmente propensos à influência comunista – que acabariam, de uma maneira dialética, por fazer surgir a militância, também sem precedentes, dos movimentos pelos direitos homossexuais⁷ na década de 1970. Como demonstra John D’Emilio, o movimento perpetrado pelo grupo “homófilo” Mattachine Society acabou por ceder à intensa pressão do anticomunismo da Guerra Fria, romper sua forte aliança com o movimento comunista e abraçar a assimilação. O movimento mais militante por direitos homossexuais das décadas de 1960 e 1970 definiu-se, então, precisamente em oposição a essa capitulação (D’Emilio, 1983, p.40-91, 149-75).

Se a reificação tem conotado um tipo de malevolência sedutora na tradição do marxismo ocidental por tanto tempo, de modo que isso parece ser irremediável, essa simultaneidade histórica, por sua vez, sugere porém a necessidade de dar ao termo uma inflexão mais dialética e menos funcionalista, mais que a de simplesmente substituí-lo por outro termo. Essa nova direção deve ser capaz de acomodar a mistificação das hierarquias de classe imposta pelo capitalismo corporativo no século XX, além de facilitar a desmistificação progressista, ativa e igualmente contingente do tabu homossexual.⁸ Essa noção mais dialética da “reificação” seria capaz de conectar as políticas modernas anti-heterossexistas e de classe como aspectos contraditórios de um mesmo processo irregular e historicamente específico.

7 No original, *gay rights*. Optamos por traduzir para direitos homossexuais para não reduzir o sentido da frase. (N. T.)

8 Enquanto Habermas, por exemplo, que rejeita o argumento de Lukács sobre a reificação, pode parecer que oferece uma alternativa a essa categoria ao defender que a institucionalização cumulativa da racionalidade formal que caracteriza a modernidade possa ter uma série de ramificações – e que a racionalização histórica progressiva é tão potencialmente democratizante quanto é mistificante –, essa mesma crítica idealiza a racionalização, removendo a cultura de consumo da equação em sua inteireza (Habermas, 1984, p.355-65). Além disso, Habermas rearticula a distinção weberiana entre racionalização e reificação, criticada por Lukács, enquanto, como ele, usa o último termo com conotação negativa. Embora o conceito de “reificação” seja utilizado de forma aparentemente sedimentada pela tradição do marxismo ocidental, os termos idealistas de “racionalização” ou “objetificação” não são opções melhores.

Incomensurabilidade e contradição

A conjunção que temos identificado entre a produção racionalizada e o consumismo, levada a cabo na virada do século XIX para o XX, foi não só um marco histórico para a política anti-heterossexista moderna, mas novamente também um cadinho histórico para a política da classe operária. A mudança fordista e taylorista em direção a uma economia planejada representou um período de recrudescimento e derrota da classe operária estadunidense, além de, como frisou o historiador econômico James O'Connor, a modernização ter destruído as formas predominantes de comunidades produtivas e artesanais do século XIX, que eram em sua maioria rurais e patriarcais. Ele explica que a derrota desses primeiros movimentos de trabalhadores foi causada não só por sua resistência ao gerenciamento científico e à desqualificação, mas também por suas tentativas reacionárias de evitar o desaparecimento dessas formas de comunidade. O'Connor sugere que tenha ocorrido o desenvolvimento de uma dialética histórica progressiva entre a implementação da modernização da produção e as tentativas dos trabalhadores de resistir a esses ataques diretos. No contexto do conflito aberto de classes, as técnicas de modernização representaram não só tentativas de aumentar a produtividade, mas também, visivelmente, armas na guerra de classes, meios de desmoralizar e derrotar os trabalhadores organizados (O'Connor, 1984, p.13-51). Embora o historiador não enfatize a questão, eu adicionaria ainda que a cultura moderna de consumo deveria ser vista, similarmente, como uma ferramenta utilizada para adiar as crises endêmicas do capitalismo e também como arma ideológica pacificadora a ser usada na mesma guerra.

Embora a teórica política Iris Marion Young tenha afirmado que “apelos à comunidade são tipicamente antiurbanos” (Young, 1990, p.236), a mesma corrosão de ideais herdada das formas rurais de comunidade, predominantemente patriarcais, e a migração em massa para as cidades motivada pelo capital, especialmente, facilitaram pela primeira vez a composição de uma forma distinta de comunidade moderna: a comunidade homoafetiva (veja D'Emilio, 1983). Levanto essa questão para sugerir que a reificação do desejo, que identifiquei como condição fundamental para uma política moderna anti-heterossexista, foi um produto do mesmo recrudescimento material, ideológico e historicamente específico do capitalismo estadunidense que acabou por triunfar sobre os movimentos de trabalhadores do início do século XX. O capitalismo como facilitador da formação de uma comunidade gay e lésbica moderna, de um lado, e sua vitória sobre uma forma ideológica de comunidade de trabalhadores nos Estados Unidos da primeira metade do século, de outro – e eu considero a cumplicidade e a dependência da classe trabalhadora ao capitalismo após a Segunda Guerra o ponto final de sua derrota – foram resultados do mesmo processo de reestruturação econômica e ideológica, da mesma onda de “destruição criativa”. Proponho uma narrativa histórica que enfatiza, em particular, a criação e destruição historicamente indissociáveis de formas de comunidade *política*: a

destruição, pela modernização, de formas pré-corporativas de comunidades de produção artesanal, existentes no final do século XIX, como nada menos que uma condição de possibilidade para a criação de uma comunidade gay e lésbica com características próprias no século XX e totalmente mercadorizada. Mesmo a relativamente recente polarização acadêmica entre marxismo e teoria *queer* deve ser situada não somente no estreito espaço da discordância entre Marx e Foucault, mas também nessa história de polarização e contradições estruturais e ideológicas. Em sua introdução a um importante volume sobre teoria social *queer*, por exemplo, Michael Warner clama por um marxismo mais dialético e indica os persistentes legados do momento específico da contradição que levanto como hipótese. Ele sugere que

[...] o bloqueio contra a política sexual na tradição marxista [...] é a forte conexão entre a cultura de consumo e os espaços mais visíveis da cultura gay: bares, casas noturnas, propagandas, moda, identificação com marcas, estilização de si como gay em termos de cultura de massas, “promiscuidade”. A cultura gay, nesse modo mais visível, não é nada alheia ao capitalismo avançado e, precisamente, às suas características repudiadas por muitos membros da esquerda. Os homens gays urbanos pós-Stonewall fedem a mercadoria. Nós espalhamos o cheiro do capitalismo no cio e, portanto, exigimos da teoria uma visão mais dialética dele do que muitas pessoas têm imaginação para criar. (Warner, 1993, p.xxxi)

No entanto, não é objetivo de Warner articular a cultura gay em termos de comunidade. Ele argumenta que “comunidade [...] dá a falsa ideia de um contraste ideológico e nostálgico com a atomização da sociedade capitalista moderna” e sugere que a noção de “comunidade *queer*” é uma contradição em termos: “a autocompreensão queer continua a ser definida pela dispersão, mais que pela localizada (‘nós estamos em todo lugar’)” (Warner, 1993, p.xxv). Mesmo assim, esse “nós” lateral que ele cita é, de fato, historicamente indissociável da forma específica e mercadorizada de “localização” que o próprio autor registrou. Bares gays e guetos gentrificados, por exemplo, oferecem, ao mesmo tempo, oportunidades para a acumulação de capital e espaços comuns indispensáveis. Por mais restritivos e opressores que pareçam, esses espaços formadores de minoria facilitam aquela construção ideológica da comunidade fundamental para a política anti-heterossexista moderna, inclusive o gesto inescapavelmente político de aceitação da própria identidade, que abrange o ceticismo *queer* contemporâneo em relação à identidade como tal.

A narrativa histórica que estou propondo questiona, em especial, a suposição de que qualquer mercadorização da identificação e da comunidade política deve necessariamente neutralizar as mais radicais aspirações de tal comunidade. A emergência de uma cultura corporativa da mercadoria, denunciada severamente por Lukács, também facilitou a formação das comunidades gays e lésbicas moder-

nas – o que não quer dizer que a criação de uma comunidade mercadorizada seja, por definição, um ato político. Daniel Miller, que definiu o conceito de consumo moderno como um processo potencialmente desalienante de apropriação humana de mercadoria, sugeriu, a meu ver, uma maneira útil de pensar as progressivas implicações políticas de algumas formas de comunidade “subcultural” mercadorizada. Ele argumenta que essa apropriação coletiva da mercadoria

[...] acontece por meio de um processo expandido de consumo, no qual produtos e serviços são distanciados das instituições abstratas e externas, porém necessárias, que os originam, e então são redefinidos como material cultural inalienável [...]. Esse processo de consumo é equivalente ao conceito hegeliano de suspensão, movimento pelo qual a sociedade reapropria sua própria forma externa – ou seja, assimila sua própria cultura e a usa para desenvolver-se como sujeito social. (Miller, 1987, p.17)

O que Miller diz sobre a “sociedade” em geral é também válido para contrapúblicos marginalizados, como a subcultura lesbigay moderna. Essas mercadorias, que Miller identificaria como “material cultural inalienável” específico à comunidade gay desse período, deveriam ser vistas como um tipo de substrato histórico e material da política gay masculina, historicamente indispensável para o desenvolvimento do “sujeito social” dessa era e, portanto, para a construção de um contrapúblico ativista dentro desse grupo. Reduzir a “cidadania sexual” a direitos do consumidor e “toda a máquina de cidadania” a mercadorias, como fez David T. Evans (1983, p.5), é minimizar, se não eliminar, a dialética entre o consumo, enquanto processo apropriativo e potencialmente desalienante, e o discurso público, político, e o ativismo que surge daquele processo (totalmente mercadorizado) de criação de comunidades e sujeitos. Essa dialética é, de fato, concretizada em certo contexto emblemático, em junho de 1969, quando foi iniciada uma série de motins justamente em um bar de Greenwich Village, espaço saturado de mercadorias – e já presente em toda identificação rotineira de “Stonewall” como um divisor de águas.

Embora as comunidades em geral – marginais ou não, mercadorizadas ou não – possam ser insulares e excludentes, como alerta Young (1990, p.234-36), e são, nesse aspecto, tão limitantes quanto as formas rurais e patriarcais de comunidade proletária descritas por O’Connor, essa mesma insularidade tem sido um passo historicamente necessário ao desenvolvimento emocional, psicológico e *político* da comunidade homoafetiva estadunidense. Não faz sentido sugerir que mesmo a luta pelo casamento gay seja historicamente dissociável da construção centenária de uma comunidade homoafetiva mercadorizada e erotizada enquanto sua condição de possibilidade; construção essa que é colocada, por proeminentes defensores do direito ao casamento, como Bruce Bawer, em oposição a essa luta contemporânea, ostensivamente conservadora. Mas o argumento de Evans de que o homem gay

pós-Stonewall “tem liberdade de exercer seus direitos como consumidor, mas tem negados qualquer outro tipo de direito enquanto ‘igual’ e, no geral, não parece se importar com isso” (Evans, 1993, p.100), além de ser, no mínimo, um argumento controverso, também deixa de reconhecer a complexa relação histórica entre a criação da comunidade gay masculina mediada pela mercadoria e as diversas batalhas políticas exclusivas a essa mesma comunidade. O que estou sugerindo é que, de um ponto de vista teórico e político, é mais útil (e honesto) enfatizar uma dialética histórica, mutuamente produtiva e constitutiva entre a mercadorização do desejo homoafetivo e sua politização, quer essa politização acate ou rejeite as categorias jurídicas reificadas de subjetividade sexual.

Portanto, não basta dizer que as políticas anti-heterossexistas e de classe eram contraditórias no momento historicamente específico da virada do século XIX para o século XX. Também é necessário destacar, sobretudo, que a cultura de consumo – que alimenta e faz recrudescer um sistema econômico inerentemente contraditório, que meramente desloca, adia e “gerencia” essas contradições e que, portanto, por definição, reprime os mais radicais impulsos de uma política de classes progressista – é nada menos que uma condição necessária e um ponto de origem contínuo da história moderna da política anti-heterossexista. Em outras palavras: o caráter contraditório da relação entre as políticas modernas anti-heterossexista e de classe persiste.

Até aqui, busquei registrar não somente o estado socioeconômico de contradição que determina a relação entre as políticas anti-heterossexista e de classe no século XX, mas também algumas características da trajetória da política anti-heterossexista. A versão moderna desta última foi caracterizada pela dialética entre as ênfases minoritária e universalizada, reformista e radical – a primeira destacando categorias abstratas de subjetividade sexual, enquanto a segunda ressaltava a impossibilidade de reduzir o desejo e o erótico a essas categorias. Essa dialética expressa a formação específica, altamente mercadorizada, da coletividade homoafetiva como tal e a reificação do desejo historicamente específica que foi sua condição fundamental de possibilidade. Ela envolve uma política de cidadania que demanda acomodações formais pela ordem constitucional e uma política de negação que nega essa ordem em si.

Podemos caracterizar a trajetória da política de classes moderna nos Estados Unidos fazendo uso da mesma terminologia, mas isso não implica que essas trajetórias políticas específicas sejam iguais, nem mesmo análogas. Gostaria de ressaltar a fundamental incomensurabilidade de ambas e a história de contradição socioeconômica na qual essa incomensurabilidade está mergulhada. O’Connor, por exemplo, enfatiza que as derrotas da comunidade artesanal no século XIX que ele descreve produziram também certa universalização da identidade de classe entre mulheres e minorias raciais e étnicas. Ele distingue dois movimentos proletários estadunidenses diferentes, destacando que a derrota de uma forma de política de

trabalhadores facilitou a criação de uma outra, moderna e relativamente universalizada, caracterizada por um potencial dramaticamente maior de inclusão em termos de gênero, raça e etnicidade;

[...] uma outra forma [...] de entender o fracasso da classe trabalhadora em revolucionar a sociedade é apresentá-lo como resultado da composição da classe trabalhadora em si e de sua relação com o capital. Até poucas décadas atrás, racismo, sexismo, chauvinismo nacionalista [...] eram barreiras intransponíveis à “unidade de classe”.

O’Connor então enfatiza que a “crítica prática” moderna à hierarquia racial, étnica e de gênero

[...] pressupunha a dissolução do trabalho e do comércio individuais, assim como da “comunidade” tradicional, e a emergência do trabalho social, moderno e abstrato, e da “vila global”. A crítica ao sexismo e à família patriarcal pressupunha a proletarização das mulheres. A crítica ao racismo pressupunha a proletarização de minorias oprimidas, que eram tradicionalmente exploradas sob diversas formas de vínculos rurais e de servidão. A crítica ao chauvinismo nacionalista pressupunha a internacionalização da migração de mão de obra e do circuito produtivo do capital. Portanto, foi necessário aguardar a recomposição da classe operária na forma de trabalho social, moderno e global para então poder afirmar que tal classe operária existia *como tal*. A luta por unidade dentro da classe operária só se fez [...] historicamente possível após a comunidade étnica e a tradicional divisão do trabalho entre campo e cidade, o patriarcado e a família, serem “chacoalhadas” pela universalização da forma assalariada de trabalho, pela forma mercadorizada de satisfação das necessidades e o estado [moderno] da política. (O’Connor, 1984, p.51; ênfase no original)

Portanto, O’Connor caracteriza a história da formação da política de classes moderna por meio de uma terminologia similar à que utilizamos anteriormente, de forma a estabelecer uma distinção entre comunidade minoritária e universalização. Mas, logo que notamos essa passagem das comunidades operárias minoritárias para a universalização relativa, devemos frisar que falamos, aqui, de uma narrativa relativamente econômica e material de suplantação, em lugar de uma narrativa relativamente simbólica e persistentemente dialética, como a da política anti-heterossexista. Com a crescente globalização do capital e proletarização da força de trabalho ao longo do século XX, a formação de classe ultrapassou uma barreira irrevogável, que torna impossível falar sobre comunidades operárias distintas e isoladas. Se, nessa força de trabalho global contemporânea, apenas uma minoria de trabalhadores esboça qualquer coisa similar à consciência de classe, ela está radicalmente dispersa e não pode ser descrita como uma comunidade em nenhum sentido espacial ou geográfico do termo.

Isso não quer dizer que as críticas *queer* contemporâneas à formação de minorias e ao liberalismo também não pressuponham justamente tal narrativa de suplantação na história das políticas anti-heterossexistas modernas, como afirmei anteriormente, especialmente quando elas alinham os processos de formação de minorias e de universalização com modernismo e pós-modernismo, respectivamente (ver, por exemplo, Patton, 1993; Warner, 1993). Essas narrativas ignoram a persistência da dialética entre a formação de minorias e a universalização na história das políticas anti-heterossexistas pré e pós-Stonewall. É necessário continuar falando sobre uma comunidade *queer* politizada, da mesma forma que é impossível falar sobre uma comunidade de trabalhadores contemporânea.

Entretanto, depois de destacar a incomensurabilidade dessas duas trajetórias políticas em termos do vocabulário da universalização e da formação de minorias, gostaria também de registrar a medida em que elas compartilham entre si uma dialética entre uma política reformista de cidadania e uma política radical de negação. O'Connor enfatiza que a política de classes da Guerra Fria, embora dramaticamente universalizada em comparação ao seu equivalente comunal do final do século XIX, era restrita, em grande medida, ao Estado, às categorias de cidadania e à reivindicação de direitos:

O pluralismo ou o liberalismo dos grupos de interesse pode ser considerado o principal veículo político da luta da classe trabalhadora/assalariada nos Estados Unidos do pós-guerra, ou seja, a forma assumida então pela democracia social. Eles podem ser compreendidos como o campo sobre o qual a classe trabalhadora tinha autonomia para se mover, embora sob formas fragmentadas e individualistas. (O'Connor, 1984, p.196)

Além disso, “o liberalismo dos grupos de interesses era um veículo ‘confiável’ de intervenção de classe nos processos parlamentares e estaduais porque não aparentava de forma alguma sê-lo. Os interesses de classe apareceram na forma de demandas dos grupos de interesse”, e “a luta da classe operária por segurança e estabilidade foi legitimada pelos papéis de cidadão, eleitor, contribuinte etc.” (Ibid., p.196, 200). A articulação dos interesses de classe e dos trabalhadores característica da era da Guerra Fria facilitou o desenvolvimento dessa confiança mais ou menos exclusiva na limitada capacidade política do estado. Embora essa situação tenha sido capaz de “conter” o radicalismo do início do século XX, a subsequente erosão dessas condições nas décadas de 1960 e 1970 foi uma pré-condição para qualquer posterior radicalização do movimento e das demandas dos trabalhadores que se encontravam envolvidos, nesse período, com a política de raças em movimentos em prol de trabalhadores negros em alguns centros urbanos, por exemplo. Quase três décadas após a demanda por formas cada vez mais “flexíveis” de acumulação de capital (veja Harvey, 1989, p.147) ter aniquilado 25 anos de interdependência simbiótica entre capital e trabalho e ter, por fim, dizimado não só sindicatos, mas

também qualquer outra forma de consciência progressista da classe trabalhadora, a radicalidade ou o conservadorismo da geração seguinte da formação hegemônica da classe operária continua uma questão em aberto. Porém, meu ponto é que a mesma alternância entre afirmação e rejeição das categorias de cidadania é central à narrativa moderna da política de classe, da mesma forma que o é à política anti-heterossexista, uma dialética, em ambos os casos, sintomática das contradições que estão na base dessas categorias.

Dessa forma, o vocabulário da universalização/formação de minorias transmite a ideia de distinção “material” *versus* “cultural”, qualitativa, entre essas formas modernas de hierarquia – uma distinção que defendo estar engendrada em uma história mais geral de contradição socioeconômica. O triunfo capitalista do começo do século XX – particularmente do taylorismo e da cultura de consumo (e de sua articulação posterior no fordismo) – sobre as classes trabalhadoras dos Estados Unidos, assim como a emergência da própria noção de subjetividade homo e heterossexual – a mais fundamental condição de possibilidade da política anti-heterossexista moderna – foram parte do mesmo processo histórico, e um dos legados desse momento contraditório é a relação estruturalmente oposta das políticas anti-heterossexista e de classe com a cultura de consumo moderna, em particular. O vocabulário da política constitucional estadunidense moderna tem sobredeterminado ambas as trajetórias políticas, tanto de forma positiva, quanto de forma negativa.

Quais seriam, então, as implicações dessa complexa história para uma futura harmonização da esquerda? Podemos começar reiterando o argumento de O’Connor de que esse processo foi, ao mesmo tempo, responsável pelo extermínio de uma forma de política da classe trabalhadora e pela condição de possibilidade de outra. Ele sugere que a classe operária estadunidense ganhou uma nova forma, mais aberta às críticas do nacionalismo, do racismo e do sexismo – e, eu adicionaria, do heterossexismo. É possível inclusive propor que os subseqüentes recrudescimentos do capitalismo ao longo do século criaram, junto com a miséria necessariamente gerada pelo sistema, as condições de existência do futuro desenvolvimento ideológico de políticas antirracistas, antissexistas e anti-heterossexistas. O racismo, a homofobia e o sexismo característicos da classe operária pós Segunda Guerra nos Estados Unidos, por exemplo – que longe de construir uma forma opositora de comunidade política, identificava, tanto seus chefes, como a si própria como a “nação”; e que, portanto, promoveu, mais do que a simples exclusão de mulheres e outras minorias raciais, étnicas e sexuais da comunidade, seu *apagamento* – facilitou diretamente a confluência sem precedentes de políticas antirracistas, antissexistas e anti-heterossexistas que caracterizaram os anos 1960 e 1970. Embora as condições de possibilidade de uma classe trabalhadora mais antirracista e antissexista, como descrita por O’Connor, fosse resultado da crescente proletarização, sugiro que a formação de uma classe trabalhadora mais aberta ao anti-heterossexismo se deva ao desenvolvimento do consumismo

moderno. Aqui, novamente, notamos o que distingue, de um lado, uma política anti-heterossexista e de classe positivamente situada em relação à cultura de consumo, e, de outro, a “bivalência” (como propõe Fraser) das políticas de raça e gênero, facilitada justamente pela história de proletarianização que desvaloriza constantemente o trabalho de mulheres e do *people of color*. O fato de podermos caracterizar as condições estruturais para as trajetórias históricas da primeira por meio de uma terminologia da universalização/formação de minorias sugere o que elas compartilham como dois aspectos de uma contradição histórica: seus *status* enquanto respostas a formas de hierarquia social que são incorporadas de maneira distinta à das hierarquias de gênero e raça, e seu *status* enquanto produtos relativamente diretos de uma história de luta e desenvolvimento econômico.

Portanto, a rearticulação teórica das políticas anti-heterossexistas e de classe demanda um vocabulário que possa acomodar e viabilizar a exploração estratégica dessa contradição estrutural. Após evidenciar a dialética entre uma política de cidadania e uma política de negação, compartilhada por essas duas trajetórias, quero concluir levantando brevemente a hipótese de uma potencial articulação entre políticas anti-heterossexistas e de classe com base na ênfase sobre a cidadania como uma política implacavelmente historicizada de negação. O emprego das categorias de cidadania e a negação das mesmas não precisam ser estratégias opostas, já que as categorias em si são lugares materiais e institucionais inerentemente contraditórios, potencialmente exploráveis e negativamente produtivos.

Fazendo história

Uma política focada em questões de cidadania não é, nem “simplesmente” liberadora, nem “simplesmente” restritiva, mas ambas simultaneamente. Wendy Brown ressalta apropriadamente o *status* “ambíguo” e “paradoxal” dos direitos:

Embora os direitos possam operar como força inegável de emancipação em um momento histórico [...], podem se tornar em outro momento um discurso regulatório – ser um meio de obstruir ou cooptar demandas políticas mais radicais ou ser simplesmente a mais superficial das promessas vazias. (Brown, 1995, p.87)

No entanto, tendo a preferir o destaque dado por Étienne Balibar ao caráter historicamente contraditório dessas categorias do que o vocabulário histórico de (mera) ambiguidade e paradoxo de Brown. Balibar identifica as revoluções ocidentais do final do século XVIII como uma proposta política “puramente negativa”, com efeitos históricos profundamente dinâmicos e contraditórios (Balibar, 1994, p.44). Ele teoriza essa efetividade com base no princípio universal, material e institucionalmente irreversível da “igualdade” (*equaliberty*), inerente ao que ele chama de “espaço ideológico aberto pela proposta revolucionária” (Ibid., p.50). Nesse espaço ideológico, igualdade e liberdade são idênticas, e a ausência de uma denota necessariamente a ausência da outra: “As situações em que ambas

se encontram presentes ou ausentes são necessariamente as mesmas. Ou, ainda melhor, as condições históricas (*de facto*) da liberdade são exatamente as mesmas das condições históricas (*de facto*) da igualdade” (Ibid., p.48). Não só era apenas parcial e problematicamente alcançável a liberdade na qual as revoluções burguesas foram ostensivamente baseadas, na ausência da igualdade racial, sexual, de classe e gênero: essas contradições eram historicamente produtivas. Balibar propõe que a eficácia histórica “ininterrupta” do “momento revolucionário” se manifesta ao longo das lutas sócio-históricas subsequentes (Ibid., p.43). Ele se concentra, particularmente, na eficácia ideológica de textos fundadores profundamente contraditórios, como a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, argumentando que “as declarações do texto fundador, graças à sua simplicidade e à sua radicalidade revolucionária, ocultam dentro de si uma contradição que os impede de operar como ordem estável” e produzem as condições de possibilidade para uma crença progressista no “direito universal à política” (Ibid., p.41, 49). Assim, o princípio de “igualdade” é o “ponto de ancoramento da série de reivindicações [...] por direitos da mulher, dos trabalhadores e das raças ‘colonizadas’ de serem incorporados à cidadania” (Ibid., p.43). Ao equiparar igualdade e liberdade, as revoluções burguesas introduzem ‘uma oscilação indefinida [...] um equívoco estrutural entre duas formas de ‘política’ obviamente contrastantes’: o que chamei de política de negação e política de cidadania e que Balibar chama de “*política insurrecional* e política *constitucional*; ou, se preferir, uma política de revolução permanente e ininterrupta, e uma política de estado como ordem institucional” (Ibid., p.51, ênfase no original). Assim, há uma “tensão permanente entre as condições históricas que determinam a construção de instituições em conformidade com a proposta da igualdade e a universalidade hiperbólica da declaração” (Ibid., p.50).⁹

Balibar ressalta o caráter dinâmico e contraditório das categorias burguesas modernas de cidadania democrática, que restringem e delimitam as lutas políticas ao mesmo tempo que carregam uma certa negatividade produtiva que facilita as

9 No contexto de uma argumentação mais hostil que a de Balibar ao marxismo, Chantal Mouffe também caracterizou a democracia burguesa como tendência ou processo histórico em vez de como sistema político estaticamente institucionalizado. Ela argumenta que o capitalismo corrói as relações hierárquicas tradicionais à medida que se desenvolve, confrontando-as com as relações mercadorizadas e seus equivalentes políticos – a crença burguesa e democrática em um cidadão reificado e “livre”. Consequentemente, as formas de hierarquia social originalmente ignoradas pelas revoluções burguesas (como a opressão de mulheres e minorias étnicas e raciais e as restrições à homossexualidade) terminaram por entrar em contradição palpável com a noção burguesa de democracia que, em seu confronto com as hierarquias sexuais, raciais e de gênero que predavam o capitalismo e que persistiam ao seu lado, deu origem a uma situação que Mouffe chama de “interpelação contraditória” para esses grupos subordinados. Ela explica que, “no momento em que o princípio de igualdade é admitido em um domínio, [...] o questionamento final de todas as formas possíveis de desigualdade é consequência inevitável [...] Todas as posições construídas sobre a dicotomia dominação/subordinação são desconstruídas graças ao caráter subversivo do discurso democrático” (Mouffe, 1988, p.94-95). Mouffe e Balibar concordam ao dizer que o *momentum* histórico interminavelmente subversivo e expansivo da democracia burguesa será sempre contrastante com suas manifestações institucionais específicas.

extensões conjunturais e históricas da democracia. É possível negociar uma articulação das políticas anti-heterossexistas e de classe, especialmente no contexto da prática dos estudos estadunidenses contemporâneos, por meio desse exemplo “europeu”: problematizando a assimilação da cidadania à nacionalidade (estadunidense) e chamando atenção para as contradições *burguesas* responsáveis pela ênfase constitucional e negativa dada a essas trajetórias políticas modernas; e elaborando um vocabulário político que articule a expansão incessante dos limites da democracia burguesa. Insisto não apenas nesses limites, mas também no potencial progressista e radical de forçá-los para ir mais adiante. Na medida em que as reivindicações e leis de direitos podem ser usadas para negar hierarquias sociais, além de comprovadamente atuarem como valorização e/ou proteção positiva, compensatória, elas não são meras alternativas “reformistas” ao pensamento “revolucionário”, mas uma forma de atingir esse pensamento, uma forma de atingir a desconstrução radicalmente historicizante da oposição entre políticas “revolucionárias” e “reformistas” tradicionalmente postuladas pelo discurso da esquerda.

Por exemplo: por que não formular a argumentação em favor do casamento gay não como uma tentativa assimilacionista de imitar o comportamento heterossexual – uma caracterização da questão que aceita como dada atualmente tanto por defensores quanto por opositores¹⁰ –, mas como um ataque jurídico direto, e uma negação de um elemento chave institucional e ideológico da heterossexualidade compulsória? Uma exceção a essa linha de pensamento é o argumento de Morris Kaplan, que sugere, por exemplo, que a manutenção das hierarquias de gênero tradicionalmente sustentadas pelo casamento depende mais da restrição dos direitos à união dos casais heterossexuais do que em estender esse direito aos casais homoafetivos. Em contraposição ao predominante menosprezo dessa luta no campo da política *queer*, que a entende como pouco radical,

[...] surgiu o importante contra-argumento de que a proibição do casamento homoafetivo atua como fator importante de manutenção da hierarquia de gêneros, ao negar às mulheres qualquer forma de intimidade legítima além do casamento heterossexual [...]. A Suprema Corte do estado do Havaí determinou que as leis estaduais que restringem o casamento a casais heterossexuais [...] representam uma potencial violação da abolição da discriminação sexual [...] Se famílias lésbicas e gays se conformam aos regimes normalizantes da heterossexualidade compulsória ou se elas subvertem e desafiam as formas dominantes de gênero continua sendo uma questão controversa e passível de discussão. (Kaplan, 1997, p.210)

Nesse aspecto, essa reivindicação de direitos em particular é mais consonante com o ataque *queer* contemporâneo ao heterossexismo social e cultural, em todas

10 Em uma edição recente de *The Harvard Gay and Lesbian Review*, por exemplo, veja Sullivan (1997); a favor, Wedgwood (1997) e contra, Ettelbrick (1997); Feldblum (1997).

as suas formas, do que é reconhecido por aqueles que se identificam com tal ataque. O casamento gay não é uma questão inerentemente conservadora ou assimilacionista, como retratada por *queers* “radicais”. A questão é de terminologia política. Assim como Kaplan, acredito na importância de “manter a pluralidade das instituições éticas em nome de uma busca diversificada e orquestrada da vida erótica” (Ibid., p.208). No entanto, a política *queer* deveria dar maior importância à capacidade de usar o casamento gay como negação jurídica e ideológica do heterossexismo. No “espaço ideológico aberto pela proposta revolucionária”, a valência positiva ou negativa das reivindicações por direitos é uma “questão aberta e controversa”, como afirma Kaplan, é não um dado, mas um espaço para a *luta* aberta; é crucial reivindicar esse direito, assim como recusar-se a deixar que Andrew Sullivan e seus seguidores ditem os termos do debate.

Apesar de ter privilegiado as categorias de “contradição” e “negação” aqui, não estou propondo uma lógica política teleológica ou hegeliana, mas sim uma que conecta dialeticamente imperativos pragmáticos ou “locais” a outros utópicos e de longo prazo – uma lógica que vincula um foco político imediato, orientado para direitos, com um “outro lugar” histórico e utópico que ultrapassa as contradições da modernidade capitalista (um “outro lugar” que continuo a acreditar ser politicamente indispensável) em uma *relação de historicidade futura* que nunca pode ser especificada de antemão e que atua “no espaço ideológico aberto pela proposta revolucionária”, com ênfase sobre seu caráter *aberto*. Uma forma de começar a articular as trajetórias históricas incomensuráveis das políticas anti-heterossexistas e de classe é reconhecer o horizonte de contradição socioeconômica em que essa incomensurabilidade está mergulhada e imaginar um vocabulário político apropriado para isso. Os “direitos” de gays e lésbicas negam a institucionalização contínua do heterossexismo da mesma forma que os “direitos” do local de trabalho negam a institucionalização contínua do capitalismo – o vocabulário da contradição que estou imaginando deve destacar denominadores comuns capazes de vincular imperativos políticos distintos como componentes de uma luta da esquerda harmonizada, sem a necessidade de roubar desses imperativos sua especificidade. Poderia uma esquerda contemporânea desarmada recusar-se coletivamente a aceitar direitos de valor positivo e, em vez disso, apresentar uma sucessão indefinida de reivindicações por direitos, teoricamente articulados sob uma narrativa política amplamente definida e historicizada à exaustão, para negar a hierarquia social e ultrapassar os limites das categorias constitucionais dinamicamente contraditórias herdadas por eles? Essas categorias podem ser mais úteis do que pensamos na construção da história da esquerda que nunca podemos construir exatamente como desejamos.

Referências bibliográficas

- ALTMAN, Dennis. *Homosexual: Oppression and Liberation*. New York: Avon, 1971.
ARONOWITZ, Stanley. *The Death and Rebirth of American Radicalism*. New York: Routledge, 1996.

- BALIBAR, Etienne. *The Philosophy of Marx*. Trans. Chris Turner. New York: Verso, 1995.
- _____. Rights of man and rights of the citizen: the modern dialectic of equality and freedom, In: *Masses, Classes, Ideas*. New York: Routledge, 1994, p.39-59.
- BANTA, Martha. *Taylored Lives: Narrative Productions in the Age of Taylor*. Veb Ford. Chicago: University of Chicago, 1993.
- BAWER, Bruce. *A Place at the Table: The Gay Individual in American Society*. Touchstone, 1993.
- BERLANT, Lauren. *The Anatomy of National Fantasy: Hawthorne, Utopia, and Everyday Life*. Chicago: University of Chicago, 1991.
- _____. '68 or the Revolution of Little Queers. In: ELAM, Dian; WIEGMAN, Robyn (eds.). *Feminism Beside Itself*. New York: Routledge, 1995, p.297-311.
- BERLANT, Lauren; FREEMAN, Elizabeth. Queer Nationality. In: WARNER, Michael (ed.). *Fear of a Queer Planet: Queer Politics and Social Theory*. Minneapolis: University of Minnesota, 1993, p.193-229.
- BROWN, Wendy. Rights and identity in late modernity: revisiting the jewish question. In: SARAT, Austin; KEARNS, Thomas R; ARBOR, Ann (eds.). *Identities, Politics, and Rights*. University of Michigan Press, 1995, p.85-130.
- BUTLER, Judith. *Bodies That Matter: On the Discursive Limits of "Sex"*. New York: Routledge, 1993.
- CHAUNCEY, George. From sexual inversion to homosexuality: medicine and the changing conceptualization of female deviance. *Salmagundi*, v.58-59, 1982- 83, p.114-46.
- _____. *Gay New York: Gender, Urban Culture, and the Making of the Gay Male World, 1890-1940*. New York: Basic, 1994.
- COHEN, Cathy J. Punks, bulldaggers, and welfare Queens: the radical poten of Queer politics?, *GLQ* 3, 1997, p.437-65.
- D'EMILIO, John. Capitalism and gay identity. SNITOW, Ann; STANSELL, Christine; THOMPSON, Sharon (eds.). *Powers of Desire: The Politics of Sexuality*. New York: Monthly Review, 1983a, p.100-113.
- _____. *Sexual Politics, Sexual Communities: The Making of a Homosexual Minority the United States, 1940-1970*. Chicago: University of Chicago, 1983b.
- D'EMILIO, John; FREEDMAN, Estelle. *Intimate Matters: A History of Sexuality America*. New York: Harper and Row, 1988.
- ETTELBRICK, Paula L. Legal marriage is not the answer. *Harvard Gay and Lesbian Review*, Fall, 1997, p.34-36.
- EVANS, David T. *Sexual Citizenship: The Material Construction of Sexualities*. New York: Routledge, 1993.
- FELDBLUM, Chai R. Keep the Sex in Same-Sex Marriage, *Harvard Gay and Lesbian Review*, Fall, 1997, p.23-25.
- FOUCAULT, Michel. *The History of Sexuality. v.I: An Introduction*. Trans. Robert Hurley. New York: Vintage, 1990.
- FRASER, Nancy. *Justice Interruptions: Critical Reflections on the "Postsocialist" Condition*. New York: Routledge, 1997.

- GLUCKMAN, Amy; REED, Betsy (eds.). *Homo Economics: Capitalism, Community, and Lesbian and Gay Life*. New York: Routledge, 1997.
- GODDEN, Richard. *Fictions of Capital: The American Novel from James to Mailer*. Cambridge: Cambridge University, 1990.
- HABERMAS, Jürgen. *The Theory of Communicative Action: Reason and the Rationalization of Society*. v.I. Trans. Thomas McCarthy. Boston: Beacon, 1984.
- HARVEY, David. *The Condition of Postmodernity*. Cambridge: Blackwell, 1989.
- HENNESSY, Rosemary. Queer theory, left politics. In: MAKDISI, Saree; CASARINO, Cesare; KARL, Rebecca E. (eds.). *Marxism beyond Marxism*. New York: Routledge, 1996, p.214-42.
- _____. Queer visibility in commodity culture. In: NICHOLSON, Linda; SEIDMAN, Steven. *Social Postmodernism: Be Identity Politics*. Cambridge: Cambridge University, 1995, p.142-83.
- HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. The culture industry: enlighte as mass deception. *Dialectic of Enlightenment*. Trans. John Cumming York: Continuum, 1993, p.120-67.
- KAPLAN, Morris. *Sexual Justice: Democratic Citizenship and the Politics of Desire*. New York: Routledge, 1997.
- KATZ, Jonathan Ned. *Gay American History: Lesbians and Gay Men in the U.S.A*. New York: Cromwell, 1976.
- _____. *The Invention of Heterosexuality*. New York: Dutton, 1995.
- KIMMEL, Michael. *Manhood in America: A Cultural History*. New York: Free, 1996.
- KUSHNER, Tony. A Socialism of the Skin. *Nation*, 4/7/1994, p.9-14.
- LEACH, William. *Land of Desire: Merchants, Power, and the Rise of a New American Culture*. New York: Vintage, 1993.
- LIPIETZ, Alain. *Mirages and Miracles: The Crises of Global Fordism*. Trans. David Macey. London: Verso, 1987.
- LUKACS, Georg. *History and Class Consciousness*. Trans. Rodney Livingstone. Cambridge: MIT, 1994 [1923].
- LYND, Robert S.; LYND, Helen Merrell. *Middletown*. New York: Harcourt, 1929.
- MARCUSE, Herbert. *One-Dimensional Man: Studies in the Ideology of Advanced Industrial Society*. Boston: Beacon, 1964.
- MILLER, Daniel. *Material Culture and Mass Consumption*. Oxford: Blackwell, 1987.
- MORTON, Donald. Birth of the cyberqueer. *PMLA* 110, 1995, p.369-81.
- _____. The politics of queer theory in the (post)modern moment. *Genders* 17, 1993, p.121-50.
- _____. (ed.). *The Material Queer*. Boulder: Westview Press, 1996.
- MOUFFE, Chantal. Hegemony and new political subjects: toward a new concept of democracy. In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence (eds.). *Marxism and the Interpretation of Culture*. Chicago: University of Illinois, 1988, p.89-101.
- O'CONNOR, James. *Accumulation Crisis*. New York: Blackwell, 1984.
- PATTON, Cindy. Queer space/god's space: counting down to the apocalypse. *Rethinking Marxism* 9.2, 1996/97, p.1-23.

- PATTON, Cindy. Refiguring social space. In: NICHOLSON, Linda; SEIDMAN, Steven (eds.). *Social Postmodernism: Beyond Identity Politics*. Cambridge: Cambridge University, 1995, p.216-49.
- _____. Tremble, hetero swine! In: WARNER, Michael (ed.). *Fear of a Queer Planet: Queer Politics and Social Theory*. Minneapolis: University of Minnesota, 1993, p.143-77.
- ROTUNDO, E. Anthony. *American Manhood: Transformations in Masculinity from the Revolution to the Modern Era*. New York: Basic, 1993.
- SEDGWICK, Eve Kosofsky. *Epistemology of the Closet*. Berkeley: University of California, 1990.
- SMITH-ROSENBERG, Carroll. The New Woman as Androgyne: Social Disorder Gender Crisis, 1870-1936. *Disorderly Conduct: Visions of Gender in Vict America*. New York: Oxford University, 1985a, p.245-96.
- _____. Puberty to menopause: the cycle of femininity in nineteenth-century in America. In: *Disorderly Conduct: Visions of Gender in Victorian America*. New York: Oxford University, 1985b, p.182-96.
- SULLIVAN, Andrew. *Virtually Normal: An Argument about Homosexuality*. New York Knopf, 1995.
- _____. We're talking about the right to choose. *Harvard Gay and Lesbian Review*, Fall, 1997, p.25-28.
- TICHI, Cecelia. *Shifting Gears: Technology, Literature, Culture in Modernist America*. Chapel Hill: University of North Carolina, 1987.
- TREBAY, Guy. Marky's Mark. *Village Voice*, 29/12/1992, p.18.
- VAID, Urvashi. *Virtual Equality: The Mainstreaming of Gay Liberation*. New York: Anchor, 1995.
- WARNER, Michael (ed.). Introduction. *Fear of a Queer Planet: Queer Politics and Social Theory*. Minneapolis: University of Minnesota, 1993, p.vii-xxxi.
- WEDGWOOD, Ralph. What are we fighting for?, *Harvard Gay and Lesbian Review*, Fall, 1997, p.32-3.
- WHITE, Kevin. *The First Sexual Revolution: The Emergence of Male Heterosexuality in Modern America*. New York: New York University, 1993.
- YOUNG, Iris Marion. *Justice and the Politics of Difference*. Princeton: Princeton University, 1990.

Resumo

O artigo situa as tensões teóricas e metodológicas das perspectivas *queer* e marxista no contexto do desenvolvimento recente do capitalismo dos EUA. O desenvolvimento material e ideológico das formas taylorista e fordista (desenvolvimento de tecnologias de produção e estímulo ao consumo de massa) tem relação direta com a reificação do erótico, pois a indução ao consumo teria levado a uma autonomização sem precedentes do desejo sexual. A base material de produção capitalista é responsável por dissociar sexualidade e gênero e abre caminho para a reificação do erótico pela classe, sobredeterminando políticas

anti-heterossexistas. No entanto, há uma dialética histórica mutuamente produtiva e constitutiva da mercadorização do desejo e de sua politização. A reificação é, também, uma inflexão produtiva, que deve ser pensada de maneira mais dialética e menos funcionalista. Nesse sentido, o artigo propõe que a cultura do consumo pode ser lida como um ponto necessário e contínuo da história moderna e da luta anti-heterossexista.

Palavras-chave: *queer*; estudos culturais; reificação do erótico.

Abstract

The article situates the theoretical and methodological tensions of the Queer and Marxist perspectives in the context of the recent developments of US capitalism. The material and ideological development of the taylorist and fordist organizational forms of development of technologies of production and stimulation of mass consumption are directly related to the reification of the erotic, since the induction to consumption would have led to an unprecedented autonomy of sexual desire. The material basis of capitalist production is responsible for dissociating sexuality and gender and opens the way for the reification of the erotic by class, overcoming anti-heterosexual policies. However, there is a historical dialectic that is mutually productive and constitutive of the commodification of desire and its politicization. Reification is also a productive inflection, which must be thought in a more dialectical and less functionalist way. In this sense, the article proposes that consumer culture can be read as a necessary and continuous reference of modern history and anti-heterosexual struggle.

Keywords: *queer*; cultural studies; reification of the erotic.